

ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário	VII
Apresentação da 50ª edição.....	IX
Apresentação da 47ª edição.....	XI
Apresentação da 44ª edição.....	XIII
Apresentação da 43ª edição.....	XV
Apresentação	XVII

Teoria Geral do Direito Processual Civil

Parte I – Noções Fundamentais

Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

§ 1º – Direito Processual Civil	
1 – Noções gerais.....	1
2 – Definição	2
3 – Natureza	2
4 – Relações com outros ramos do Direito	3
5 – Objetivo.....	4
5-a – Novos rumos do direito processual civil	4
5-b – Universalidade dos problemas do processo moderno	6
§ 2º – História do Direito Processual Civil	
6 – Origens	8
7 – Evolução: mundo clássico. Grécia	8
8 – O processo civil romano.....	9
9 – Processo comum.....	10
10 – O processo civil moderno (fase científica).....	11
11 – Direito processual civil brasileiro	11
12 – Regulamento nº 737.....	12
13 – Códigos estaduais	13
14 – Códigos unitários.....	13
15 – O novo Código	13
15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil	14
15-b – A busca da efetividade da tutela jurisdicional	15
§ 3º – Fontes do Direito Processual Civil	
16 – Noções gerais.....	18
17 – Lei processual	18
18 – A lei processual no tempo.....	19
19 – A lei processual no espaço	20
20 – Interpretação das leis processuais	21
§ 4º – Princípios Informativos do Direito Processual	
21 – Noções gerais.....	23
22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal.....	23

22-a – Processo legal e processo justo	25
23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo	26
24 – Princípio do contraditório	27
25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição	29
26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual	30
27 – Princípio da verdade real	30
28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade	31
29 – Princípio da publicidade	32
30 – Princípio da economia processual	32
31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão	33
 Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação	
§ 5º – Jurisdição	
32 – Imperatividade da ordem jurídica	35
33 – Justiça privada e justiça pública	35
34 – Jurisdição	36
35 – Características da jurisdição	38
36 – Imparcialidade e disponibilidade	39
37 – Objetivo da jurisdição	40
38 – Princípios fundamentais	40
39 – Jurisdição civil	41
40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	41
41 – Substitutivos da jurisdição	42
41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva	43
 § 6º – Processo	
42 – Conceito	46
43 – Processo e procedimento	47
43-a – Características do procedimento	49
44 – Autonomia do processo	49
45 – Espécies de processo	50
46 – Funções do processo	51
47 – Independência dos processos	51
47-a – Tutela ordinária e tutelas diferenciadas	52
47-b – Tutela ordinária e tutela de urgência	53
47-c – Tutela sancionatória e tutela inibitória	53
 § 7º – Ação	
48 – O monopólio estatal da justiça	55
49 – A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional	55
50 – Autonomia do direito de ação	56
51 – A evolução do conceito de ação	56
51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional	58
52 – Condições da ação	58
53 – Enumeração e conceituação das condições da ação	59
54 – Pressupostos processuais	65
55 – Classificação das ações	67
55-a – Ação e pretensão	67
55-b – Ação e causa	68
55-c – Elementos identificadores da causa	69
56 – A defesa do réu	70
57 – Espécies de resposta	71

Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

§ 8º – Elementos do Processo	
58 – Visão dinâmica e estática do processo	73
59 – A relação processual.....	74
60 – Classificação dos elementos do processo.....	74
§ 9º – Efeitos da Relação Processual	
61 – Noções gerais.....	75
62 – Direitos processuais.....	75
63 – Obrigações processuais.....	75
64 – Deveres processuais.....	75
65 – Ônus processuais.....	76

Parte II – Sujeitos do Processo

Capítulo IV – Partes e Procuradores

§ 10 – Partes	
66 – Partes.....	77
67 – Nomenclatura	78
68 – Substituição processual	78
69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso)	80
70 – Capacidade processual	80
71 – Capacidade processual das pessoas casadas	81
72 – Curatela especial.....	83
73 – Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais	83
74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação	85
§ 11 – Deveres e Direitos das Partes e Procuradores	
75 – Deveres.....	86
75-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001	87
76 – Responsabilidade das partes por dano processual.....	88
76-a – Direitos.....	89
76-b – Direito especial dos litigantes idosos.....	89
§ 12 – Despesas e Multas	
77 – Ônus financeiro do processo.....	91
78 – Antecipação das despesas	91
79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo.....	92
80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência	93
81 – Sucumbência recíproca	94
82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais.....	94
83 – Multas.....	95
84 – Honorários de advogado	95
85 – Cabimento dos honorários	95
86 – Inoperância da sucumbência.....	97
87 – Fixação dos honorários.....	97
88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários.....	98
89 – Execução dos honorários.....	99
90 – Assistência judiciária.....	99

§ 13 – Advogados	
91 – Capacidade de postulação.....	102
92 – O mandato judicial.....	102
93 – Direitos e deveres.....	103
§ 14 – Substituições das Partes e Procuradores	
94 – Substituição de parte.....	105
95 – Substituição do advogado.....	106
Capítulo V – Pluralidade de Partes	
§ 15 – Litisconsórcio	
96 – Pluralidade de partes.....	107
97 – Classificações.....	107
98 – Espécies de litisconsórcio.....	108
99 – Sistema do Código.....	109
100 – Casos legais de litisconsórcio.....	109
101 – Litisconsórcio necessário.....	110
102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação.....	111
103 – Litisconsórcio facultativo recusável.....	113
104 – Posição de cada litisconsorte no processo.....	113
105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais.....	115
§ 16 – Intervenção de Terceiros	
106 – Conceito.....	116
107 – Classificações.....	116
§ 17 – Oposição	
108 – Conceito.....	118
109 – Competência.....	119
110 – Procedimento.....	119
111 – Julgamento da oposição.....	120
§ 18 – Nomeação à Autoria	
112 – Conceito.....	122
113 – Pressuposto da nomeação à autoria.....	122
114 – Procedimento.....	122
114-a – Recurso.....	123
§ 19 – Denúnciação da Lide	
115 – Conceito.....	125
115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano.....	127
116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide.....	128
116-a – Casos de não-cabimento da denúnciação da lide.....	129
117 – Objetivo do incidente.....	129
118 – Legitimação.....	130
119 – Procedimento.....	130
120 – Efeitos da denúnciação da lide.....	131
120-a – Recursos.....	133
120-b – Execução da sentença.....	133
120-c – Execução da sentença pelo denunciante.....	134
121 – Denúnciações sucessivas.....	135

§ 20 – Chamamento ao Processo	
122 – Conceito.....	138
123 – Casos de admissibilidade do incidente.....	138
124 – Procedimento.....	139
124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor.....	140
124-b – O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil.....	140
§ 21 – Assistência	
125 – Conceito.....	142
126 – Pressupostos da intervenção.....	142
127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial.....	143
128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial.....	144
129 – Procedimento.....	144
130 – Poderes e ônus processuais do assistente.....	145
130-a – Assistência provocada.....	146
130-b – O recurso de terceiro prejudicado.....	147
Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo	
§ 22 – O Ministério Público	
131 – Conceito.....	151
132 – Funções.....	151
133 – Natureza.....	152
134 – Ministério Público como parte.....	153
135 – Ministério Público como <i>custos legis</i>	153
136 – Ausência do Ministério Público no processo.....	154
137 – Órgãos do Ministério Público.....	154
138 – Princípios e garantias.....	154
Capítulo VII – Juízes	
§ 23 – Competência	
139 – Conceito.....	157
140 – Distribuição da competência.....	157
141 – Classificação da competência.....	158
§ 24 – Competência Internacional	
142 – Noções gerais.....	159
143 – Espécies de competência internacional.....	159
144 – Competência concorrente e litispendência.....	160
§ 25 – Competência Interna	
145 – Noções gerais.....	161
146 – Competência em matéria civil.....	162
147 – Competência da Justiça Federal.....	162
148 – Competência das Justiças Estaduais.....	163
§ 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna	
149 – Generalidades.....	165
150 – Competência do foro e competência do juiz.....	166
151 – Divisão da competência do foro.....	166
152 – Cumulatividade de juízos competentes.....	166
153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	166

§ 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria	
154 – Competência em razão do valor da causa.....	169
155 – Competência em razão da matéria.....	169
§ 28 – Competência Funcional	
156 – Conceito.....	170
157 – Classificação.....	170
§ 29 – Competência Territorial	
158 – Conceito.....	172
159 – Foro comum.....	172
160 – Foros subsidiários ou supletivos.....	173
161 – Foros especiais.....	173
162 – Ações reais imobiliárias.....	173
163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência.....	174
164 – Foro da União e dos Territórios Federais.....	175
165 – Foros <i>ratione personae</i>	176
166 – Foro das pessoas jurídicas.....	177
166-a – Foro dos Estados e Municípios.....	177
167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações.....	178
168 – Foro relativo à arbitragem.....	178
168-a – Foro do idoso.....	179
§ 30 – Modificações da Competência	
169 – Competência absoluta e competência relativa.....	180
170 – Prorrogação de competência.....	181
171 – Prorrogação legal.....	181
172 – Efeito prático.....	182
173 – Prevenção.....	183
174 – Outros casos de prorrogação legal.....	185
175 – Conexão entre ação penal e ação civil.....	185
176 – Prorrogação voluntária.....	186
176-a – Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública.....	188
176-b – Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão.....	188
§ 31 – Declaração de Incompetência	
177 – Verificação de competência.....	190
178 – Exceção de incompetência.....	190
179 – Incompetência absoluta.....	191
179-a – Foro de eleição e declinação de competência (contrato de adesão).....	191
§ 32 – Conflito de Competência	
180 – Noções gerais.....	194
181 – Procedimento do conflito.....	195
182 – Efeitos do conflito.....	196
Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça	
§ 33 – Organização Judiciária	
183 – O Poder Judiciário brasileiro.....	199
184 – Duplo grau de jurisdição.....	201
185 – Jurisdição extraordinária.....	201

186 – Competência	201
187 – Disciplina da magistratura.....	202
§ 34 – Órgãos Judiciários	
188 – Juízes.....	203
189 – Requisitos de atuação do juiz	203
190 – Garantias da magistratura	204
191 – Poderes e deveres do juiz.....	204
191-a – Atividade criativa do juiz	206
192 – Responsabilidade do juiz	207
193 – Garantia de imparcialidade do juiz	207
194 – Casuismo legal.....	208
194-a – Juiz-testemunha	208
195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido.....	209
§ 35 – Auxiliares da Justiça	
196 – O juízo	210
197 – Escrivão	210
198 – Oficial de justiça.....	211
199 – Perito	212
200 – Depositário e administrador.....	212
201 – Intérprete.....	213
202 – Outros auxiliares eventuais.....	213

Parte III – Atos Processuais

Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais

§ 36 – Atos Processuais	
203 – Conceito.....	215
204 – Agentes	216
205 – Atos do processo e atos do procedimento.....	217
206 – Classificação dos atos processuais	217
207 – Forma dos atos processuais.....	218
208 – Publicidade	219
209 – Meios de expressão.....	220
209-a – O uso de sistema de transmissão de dados.....	220
209-b – O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil	222
209-c – O processo eletrônico no STF	224
§ 37 – Atos da Parte	
210 – Conceito e classificação	226
211 – Eficácia dos atos das partes	227
212 – Petições e autos suplementares	227
213 – Cotas marginais e lineares nos autos.....	227
§ 38 – Atos do Juiz	
214 – Atividade processual do juiz.....	228
215 – Atos decisórios	228
216 – Definições legais.....	229
217 – Decisão interlocutória.....	229
218 – Despachos	230

219 – Sentença.....	231
220 – Atos não-decisórios.....	233
221 – Forma dos atos decisórios.....	233
§ 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	
222 – Documentação e comunicação dos atos processuais.....	235
223 – Autuação.....	236
224 – Termos processuais.....	236
225 – Forma dos termos.....	236
Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço	
§ 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais	
226 – O tempo.....	239
227 – Feriados e férias forenses.....	240
228 – O lugar.....	242
§ 41 – Prazos	
229 – Disposições gerais.....	243
230 – Classificação.....	244
231 – Natureza dos prazos.....	244
232 – O curso dos prazos.....	245
233 – Contagem dos prazos: termo inicial.....	246
233-a – Contagem dos prazos no processo eletrônico.....	248
234 – Prazos para recurso.....	249
234-a – Ciência inequívoca.....	250
235 – Termo final.....	251
236 – Preclusão.....	252
237 – Prazos para as partes.....	253
238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares.....	253
239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública.....	254
240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários.....	254
241 – Inobservância de prazo da parte.....	254
242 – Inobservância dos prazos do juiz.....	255
Capítulo XI – O Intercâmbio Processual	
§ 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo	
243 – Intercâmbio processual.....	257
244 – Forma dos atos de comunicação.....	257
245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo.....	257
246 – Requisitos das cartas.....	258
247 – Cumprimento das cartas.....	258
248 – Cartas urgentes.....	259
249 – Custas nas cartas.....	259
250 – Cartas rogatórias.....	260
§ 43 – Citação	
251 – Conceito.....	261
252 – Suprimento da citação.....	262
253 – Destinatário da citação inicial.....	262
254 – Local da citação.....	263
255 – Impedimento legal de realização da citação.....	263

256 – Modos de realizar a citação	263
257 – Citação por oficial de justiça	264
258 – Citação com hora certa	265
259 – Citação pelo Correio	266
260 – Citação por edital	267
260-a – Citação por meio eletrônico	269
261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital	269
262 – Efeitos da citação	269
263 – Prevenção	270
264 – Litispendência	270
265 – Litigiosidade	270
266 – Mora	270
267 – Prescrição	271
268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição	271
§ 44 – Intimações	
269 – Conceito	272
270 – Forma	272
271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça	274
272 – Aperfeiçoamento da intimação	275
273 – Intimação em audiência	276
274 – Intimação por edital ou com hora certa	276
275 – Efeitos da intimação	276
275-a – Intimação pessoal do órgão do Ministério Público, do Defensor Público e do Procurador da Fazenda Pública	277
Capítulo XII – Outros Atos Processuais	
§ 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa	
276 – Noções introdutórias	279
277 – Registro	279
278 – Distribuição	279
279 – Distribuição por dependência	280
279-a – Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual	281
280 – Valor da causa	284
281 – Impugnação ao valor da causa	286
Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual	
§ 46 – Nulidade	
282 – Conceito	287
283 – Espécies de vícios do ato processual	287
284 – Atos inexistentes	288
284-a – Noção de nulidade	288
285 – Atos absolutamente nulos	289
286 – Atos relativamente nulos	289
287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual	290
288 – Sistema de nulidades do Código	290
289 – Nulidades cominadas pelo Código	291
290 – Nulidades da citação e intimação	292
291 – Arguição das nulidades	292
292 – Momento da arguição	293
293 – Decretação de nulidade	293
294 – Efeitos da decretação	293

Parte IV – Instauração, Crise e Fim do Processo

Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

§ 47 – Introdução	
295 – Noções gerais.....	295
§ 48 – Formação do Processo	
296 – O processo.....	296
297 – Sujeitos da relação jurídico-processual.....	296
298 – Início do processo.....	298
299 – Formação gradual da relação processual.....	298
300 – Estabilização do processo.....	299
301 – Alteração do pedido.....	299
302 – Alterações subjetivas.....	299
§ 49 – Suspensão do Processo	
303 – Conceito.....	301
304 – Os casos de suspensão do processo.....	301
305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual.....	302
306 – Suspensão por convenção das partes.....	303
307 – Suspensão em razão de exceção.....	303
308 – Suspensão por prejudicialidade.....	304
309 – Prejudicialidade e conexão.....	304
310 – Suspensão por motivo de força maior.....	305
311 – Outros casos legais de suspensão.....	306
312 – Férias e suspensão do processo.....	306
§ 50 – Extinção do Processo (I)	
313 – Encerramento da relação processual.....	307
314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito.....	307
315 – Indeferimento da inicial.....	308
316 – Abandono da causa.....	308
317 – Ausência de pressupostos processuais.....	309
318 – Perempção.....	310
319 – Litispendência e coisa julgada.....	310
320 – Condições da ação.....	311
321 – Convenção de arbitragem.....	312
322 – Desistência da ação.....	313
323 – Intransmissibilidade da ação.....	314
324 – Confusão entre autor e réu.....	314
325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito.....	314
326 – Iniciativa da extinção do processo.....	315
326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprível.....	315
§ 51 – Extinção do Processo (II)	
327 – Extinção do processo com resolução de mérito.....	316
328 – Acolhimento ou rejeição do pedido.....	317
329 – Reconhecimento do pedido pelo réu.....	317
330 – Transação.....	318
330-a – Retratação e rescisão de transação.....	319
331 – Prescrição e decadência.....	320
331-a – A prescrição e os diversos tipos de ação.....	320
332 – Renúncia ao direito.....	321

Processo de Conhecimento

Parte V – Processo e Procedimento

Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 52 – Processo e Procedimentos de Cognição	
333 – Processo.....	323
334 – Procedimento.....	324
335 – Procedimentos no processo de cognição.....	324
336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	325
337 – Esquema do procedimento ordinário.....	325
338 – Fases do procedimento ordinário.....	326
339 – Fase postulatória.....	326
340 – Fase saneadora.....	326
341 – Fase instrutória.....	327
342 – Fase decisória.....	327
342-a – Adequação do procedimento.....	327
§ 53 – Procedimento Sumário	
343 – Causas de rito sumário.....	330
343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário.....	331
344 – Outras causas de procedimento sumário.....	333
345 – Indisponibilidade do rito sumário.....	333
346 – O procedimento.....	334
347 – A petição inicial e seu despacho.....	335
348 – A citação e a resposta do réu.....	335
349 – Audiência de conciliação.....	337
349-a – Audiência de instrução e julgamento.....	338
350 – Revelia.....	339
351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência.....	339
352 – Direito intertemporal.....	340

Parte VI – Procedimento Ordinário

Capítulo XVI – Fase de Postulação

§ 54 – Petição Inicial	
353 – Petição inicial.....	343
354 – Requisitos da petição inicial.....	344
355 – Despacho da petição inicial.....	345
356 – Casos de indeferimento da petição inicial.....	346
356-a – Indeferimento da petição inicial com base em prescrição.....	347
357 – Extensão do indeferimento.....	350
357-a – Julgamento imediato do pedido na apreciação da petição inicial.....	351
357-a-1 – Intimação da sentença <i>prima facie</i>	352
357-b – Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i>	353
357-c – Preservação do contraditório e ampla defesa.....	353
358 – Efeitos do despacho da petição inicial.....	354
§ 55 – O Pedido	
359 – Petição inicial.....	355
360 – Pedido.....	355

361 – Requisitos do pedido	356
362 – Pedido concludente	356
363 – Pedido genérico	356
364 – Pedido cominatório	357
365 – Pedido alternativo	358
366 – Pedidos sucessivos	358
367 – Pedido de prestações periódicas	359
368 – Pedido de prestação indivisível	359
369 – Pedidos cumulados	359
370 – Espécies de cumulação de pedidos	360
371 – Interpretação do pedido	361
372 – Aditamento do pedido	361
372-a – Modificação do pedido	362
372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento	362
372-c – Fungibilidade das medidas cautelares e antecipatórias	365
372-d – A efetivação da tutela antecipada	367
372-e – Tutela antecipada parcial	368
§ 56 – A Resposta do Réu	
373 – A defesa do réu	370
374 – A resposta do réu	370
375 – Espécies de defesa	371
376 – Defesa processual	371
377 – Defesa de mérito	372
378 – Reconvenção	372
379 – Síntese	373
§ 57 – Contestação	
380 – Conceito	374
381 – Conteúdo e forma da contestação	374
382 – Ônus da defesa especificada	375
383 – Preliminares da contestação	376
384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares	378
385 – Réplica ou impugnação do autor	378
§ 58 – Exceções	
386 – Conceito	379
387 – Prazo	379
388 – Efeito da exceção	380
389 – Exceção de incompetência. Cabimento	381
390 – Procedimento	381
391 – Exceções de impedimento e de suspeição	382
§ 59 – Reconvenção	
392 – Conceito	386
393 – Pressupostos da reconvenção	386
393-a - Reconvenção e compensação	388
394 – Procedimento	389
394-a – Reconvenção sem contestação	391
395 – Extinção do processo principal	391
§ 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido	
396 – Revelia	392

397 – Os efeitos da revelia	393
398 – Alteração do pedido.....	395
399 – Reconhecimento da procedência do pedido.....	395
Capítulo XVII – Fase de Saneamento	
§ 61 – Providências Preliminares	
400 – Conceito.....	397
401 – Réplica do autor.....	398
402 – Revelia e provas	398
403 – Intervenção do Ministério Público.....	398
404 – Ação declaratória incidental.....	399
405 – Outras providências preliminares	400
§ 62 – Julgamento conforme o Estado do Processo	
406 – Conceito.....	401
407 – Extinção do processo.....	402
408 – Julgamento antecipado da lide.....	402
408-a – Audiência preliminar	403
§ 63 – Saneamento do Processo	
409 – Despacho saneador	407
410 – Cabimento.....	407
411 – Conteúdo.....	408
412 – Efeito preclusivo.....	409
413 – Formas do despacho saneador.....	409
Capítulo XVIII – Fase Probatória	
§ 64 – A Prova	
414 – Conceito.....	411
415 – Características da prova.....	412
416 – Objeto da prova.....	412
417 – Finalidade e destinatário da prova	414
418 – Valoração da prova.....	415
419 – O sistema do Código	416
420 – Poder de instrução do juiz	417
421 – Ônus da prova	420
422 – Sistema legal do ônus da prova	420
422-a – Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor	421
422-b – Distribuição dinâmica do ônus da prova	422
422-c – Ônus da prova nas ações do consumidor.....	423
423 – Convenção sobre ônus da prova	425
424 – Meios de prova	425
424-a – Prova por presunção.....	426
425 – Procedimento probatório	426
426 – Instrução através de carta	427
427 – Dever de colaboração com a Justiça	428
§ 65 – Depoimento Pessoal	
428 – Conceito.....	429
429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal	429
430 – Legitimação para o depoimento	430

431 – Objeto do depoimento pessoal.....	430
432 – Procedimento.....	430
§ 66 – Confissão	
433 – Conceito.....	432
434 – Requisitos da confissão.....	433
435 – Classificações.....	433
436 – Efeitos da confissão.....	434
437 – Indivisibilidade da confissão.....	434
438 – Valor da confissão extrajudicial.....	435
§ 67 – Exibição de Documento ou Coisa	
439 – Conceito.....	436
440 – Oportunidade da medida.....	436
441 – Legitimação.....	437
442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte.....	437
443 – Procedimento e conseqüências da exibição requerida contra terceiro.....	438
§ 68 – Prova Documental	
444 – Conceito.....	443
445 – Força probante dos documentos.....	444
446 – Documentos públicos.....	444
447 – Documentos particulares.....	446
448 – Valor probante do documento particular.....	447
449 – Telegramas, cartas, registros domésticos.....	448
450 – Livros comerciais.....	449
451 – Reprodução de documentos particulares.....	450
452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos.....	451
453 – Documentos viciados em sua forma.....	452
454 – Falsidade documental.....	452
455 – Espécies de falsidade.....	452
456 – Ônus da prova.....	454
457 – O incidente de falsidade.....	454
458 – Procedimento do incidente de falsidade.....	455
458-a – Facultatividade do incidente de falsidade.....	457
459 – Produção da prova documental.....	457
460 – Desentranhamento de documentos.....	459
§ 69 – Prova Testemunhal	
461 – Conceito.....	461
462 – Valor probante das testemunhas.....	462
463 – Direitos e deveres da testemunha.....	464
464 – A produção da prova testemunhal.....	466
464-a – Inovação do procedimento da prova testemunhal (Lei nº 10.358, de 27.12.2001) ..	470
§ 70 – Prova Pericial	
465 – Conceito.....	471
466 – Admissibilidade da perícia.....	472
467 – O perito.....	474
468 – O procedimento da prova pericial.....	474
468-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, acerca do parecer do assistente técnico ...	477
468-b – Outras inovações da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, sobre a prova pericial.....	477
469 – Valor probante da perícia.....	477
470 – Nova perícia.....	479

§ 71 – Inspeção Judicial	
471 – Conceito.....	480
472 – Procedimento	480
§ 72 – Audiência de Instrução e Julgamento	
473 – Audiência	482
474 – Características da audiência.....	482
475 – Atos preparatórios.....	484
476 – Adiamento da audiência.....	484
477 – Antecipação de audiência.....	486
478 – Conciliação.....	486
479 – Procedimento da conciliação	488
480 – Instrução e julgamento.....	488
481 – Documentação da audiência.....	490
Capítulo XIX – Fase Decisória	
§ 73 – Noções Introdutórias	
482 – Conceito de processo	493
483 – Conteúdo e finalidade do processo	493
§ 74 – Sentença	
484 – Definição legal e classificação doutrinária	495
485 – Natureza da sentença definitiva.....	496
486 – Função da sentença definitiva.....	497
486-a – Função da sentença terminativa.....	498
§ 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença	
487 – Conteúdo da sentença	499
488 – Relatório.....	499
489 – Motivação.....	500
490 – Dispositivo da sentença.....	501
491 – Condições formais da sentença.....	501
492 – Clareza.....	502
493 – Precisão	502
493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer	503
493-a-1 – Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa.....	505
493-a-2 – Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa	506
493-a-3 – Sentença condenatória ilíquida.....	506
493-b – Princípio da demanda e princípio da congruência	507
494 – Publicação e intimação da sentença	507
495 – Efeitos da publicação.....	508
496 – Correção e integração da sentença	509
496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i>	510
496-b – Interpretação da sentença.....	511
§ 76 – Classificação das Sentenças	
497 – Classificações.....	514
498 – Sentenças declaratórias.....	515
499 – Sentenças condenatórias.....	515
500 – Sentença constitutiva.....	517
501 – Momento de eficácia da sentença.....	517
502 – Multiplicidade de efeitos da sentença.....	517

§ 77 – Efeitos da Sentença	
503 – Conceito	519
504 – Entrega da prestação jurisdicional	519
504-a – Classificação das sentenças quanto aos efeitos	520
505 – Hipoteca judiciária	521
506 – Outros efeitos secundários da sentença	522
§ 78 – Coisa Julgada	
507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código	523
507-a – Coisa julgada administrativa	524
507-b – Coisa julgada total e parcial	524
508 – Coisa julgada formal e material	526
508-a – Terminologia do julgamento de mérito	528
509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada	529
510 – Arguição da coisa julgada	530
510-a – Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada	530
510-b – Efeitos positivos e negativos da coisa julgada	531
511 – Preclusão	532
§ 79 – Limites da Coisa Julgada	
512 – Limites objetivos	535
513 – Motivos da sentença	536
514 – Verdade dos fatos	539
515 – Questões prejudiciais	539
516 – Questões implicitamente resolvidas	540
516-a – A eficácia preclusiva da coisa julgada	541
517 – Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário)	543
517-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre reexame necessário	544
518 – Limites subjetivos	546
518-a – Coisa julgada nas ações coletivas	547
519 – Causas de estado	550
520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de rejuvimentos	550
520-a – Limites temporais da coisa julgada	551
520-b – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso	551
521 – Execução forçada e coisa julgada	552

Parte VII – Recursos

Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

§ 80 – Recursos	
522 – Conceito	555
523 – Fundamento do direito de recurso	556
524 – Atos sujeitos a recurso	556
525 – Recursos admissíveis	557
525-a – Reclamação	558
526 – Correição parcial	559
526-a – A técnica de julgamento dos recursos	560
526-b – <i>Reformatio in pejus</i>	561
§ 81 – Princípios Gerais dos Recursos	
527 – Duplo grau de jurisdição	562
528 – Legitimação para recorrer	562

528-a – Particularidades do recurso de terceiro.....	564
529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer	564
530 – Pressupostos objetivos do recurso	564
531 – Recorribilidade da decisão	565
532 – Tempestividade.....	565
532-a – Recurso interposto antes da publicação do julgado.....	567
533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso.....	569
534 – Singularidade do recurso.....	569
535 – Adequação do recurso.....	569
536 – Preparo	570
537 – Motivação e forma	571
537-a – Efeitos do recurso.....	572
537-b – Efeito substitutivo	572
538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos.....	573
539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença.....	573
540 – Recurso adesivo.....	574
540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau.....	575
540-b – A recorribilidade necessária da decisão singular do relator.....	577
· § 82 – A Apelação	
541 – Conceito.....	579
541-a – A nova definição de sentença e sua repercussão na esfera recursal	580
542 – Interposição da apelação.....	582
· 543 – Efeitos da apelação.....	583
543-a – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito devolutivo da apelação....	586
543-a-1 – Questão de fato e questão de direito	588
543-a-2 – Polêmica acerca da inovação operada no § 3º do art. 515.....	588
543-a-3 – Prescrição e decadência.....	590
· 543-a-4 – A apelação e as nulidades sanáveis do processo	591
543-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito suspensivo da apelação ...	591
544 – Recebimento da apelação.....	592
544-a – A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF	593
544-b – Juízo de retratação: reexame dos pressupostos de admissibilidade da apelação já recebida.....	594
544-c – Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator	594
545 – Deserção.....	595
546 – Prazo para interposição da apelação	596
547 – Julgamento em segunda instância.....	597
§ 83 – Agravo	
548 – Conceito.....	599
549 – Espécies de agravo.....	600
550 – Agravo retido	601
550-a – Agravo retido interposto oralmente	601
550-b – Juízo de retratação no agravo retido	602
550-c – Agravo retido após a sentença.....	603
551 – Agravo de instrumento	603
551-a – Formação do instrumento do agravo	606
552 – Efeitos do agravo de instrumento.....	607
553 – Processamento do agravo de instrumento	608
553-a – Inovações registradas a partir das Leis nºs 10.352/2001 e 11.187/2005.....	609
554 – O contraditório	611

554-a – Outras observações sobre o atual regime do agravo de instrumento.....	611
554-b – Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo.....	612
§ 84 – Embargos Infringentes	
555 – Conceito.....	616
556 – Processamento.....	617
557 – Embargos adesivos.....	618
557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes	618
557-b – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os embargos infringentes.....	619
557-c – Legitimação para embargar.....	620
§ 85 – Embargos de Declaração	
558 – Conceito.....	622
559 – Pressupostos dos embargos de declaração.....	622
560 – Procedimento	623
561 – Efeito interruptivo.....	623
561-a – Efeito suspensivo.....	624
562 – Embargos manifestamente protelatórios.....	624
§ 86 – Uniformização da Jurisprudência	
563 – Recurso de revista	628
564 – Uniformização da jurisprudência	628
565 – Pressupostos do incidente	628
566 – Legitimação para a provocação do incidente.....	629
567 – Apreciação do incidente	630
568 – Súmula jurisprudencial.....	630
568-a – Súmula vinculante	631
568-b – Regulamentação da súmula vinculante.....	631
§ 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	
569 – Intróito	635
570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal	636
571 – Recurso extraordinário.....	636
572 – Pressupostos do recurso extraordinário.....	637
572-a – Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário..	639
572-b – Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral	640
572-c – Procedimento no STF	640
572-d – Reflexos do reconhecimento da falta de repercussão geral	641
572-e – O procedimento regimental de apreciação da arguição de repercussão geral pelo Plenário do STF.....	642
573 – Função do recurso extraordinário	644
574 – Efeitos do recurso extraordinário	644
574-a – Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso extraordinário.....	645
575 – Processamento do recurso extraordinário.....	645
575-a – Agravo de instrumento contra a inadmissão do recurso extraordinário	647
575-b – O preparo dos recursos para o STF e para o STJ.....	648
575-c – O recurso extraordinário por via eletrônica	649
575-d – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o agravo previsto no art. 544	649
576 – Poderes do relator.....	650
576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça	651
576-b – Recurso especial.....	652
576-c – Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988	652
576-d – Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988	653

576-e – Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial	657
576-f – Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial	657
576-g – O recurso especial e as causas repetitivas	658
576-h – Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem....	659
576-i – Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ	659
576-j – Efeitos do acórdão da Seção ou da Corte Especial do STJ nas causas repetitivas.....	660
576-l – Regulamentação regimental e Direito intertemporal nas causas repetitivas.....	661
576-m – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial	661
576-n – Concomitância de embargos infringentes e recursos para o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça	662
576-o – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça	663
576-p – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal.....	665
576-q – Reclamação perante o STF e o STJ.....	666
576-r – Recurso especial ou extraordinário retido.....	667
576-s – Força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal.....	669
§ 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos	
577 – Posição do novo Código	672
578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos.....	672

Parte VIII – O Processo nos Tribunais

Capítulo XXI – Noções Gerais

§ 89 – O Processo nos Tribunais	
579 – Duplo grau de jurisdição	675
580 – Competência dos tribunais.....	675
581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais	676
582 – Casos de competência originária dos tribunais	676
583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil	678
584 – O funcionamento dos tribunais	678
585 – O sistema de julgamento dos tribunais	679
585-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os julgamentos pelos tribunais ...	681
585-b – Adiamento e retomada do julgamento de tribunal	682
§ 90 – Homologação de Sentença Estrangeira	
586 – A eficácia da sentença estrangeira.....	685
587 – O sistema nacional.....	685
588 – A homologação da sentença estrangeira.....	686
589 – Natureza da decisão homologatória	687
590 – O procedimento	688
591 – A execução.....	688
§ 91 – Declaração de Inconstitucionalidade	
592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro	689
593 – Regulamentação legal	689
594 – O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais.....	690
595 – Objeto da arguição de inconstitucionalidade	690
596 – Iniciativa de arguição	690
597 – Momento da arguição	691
598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente	691
599 – O julgamento da arguição.....	691

§ 92 – Ação Rescisória	
600 – Conceito	694
601 – Pressupostos	696
602 – Casos de admissibilidade da rescisória	698
603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I)	699
604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II)	699
605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III).....	700
606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III)	701
607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV)	701
608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V)	701
609 – Falsidade de prova (art. 485, VI)	703
610 – Documento novo (art. 485, VII)	703
611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII).....	704
612 – Erro de fato (art. 485, IX)	705
613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória	706
613-a – Sentença homologatória em processo contencioso	707
614 – Legitimação	708
614-a – Competência	709
615 – O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	710
616 – Multa de 5% sobre o valor da causa.....	710
617 – A execução da sentença rescindenda	711
618 – Indeferimento da inicial	712
619 – Procedimento	712
620 – Natureza e conteúdo da decisão	713
620-a – A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé.....	714
621 – Rescisória de rescisória	716
622 – Prazo de propositura da ação rescisória.....	717
622-a – Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente.....	719
623 – Sentença nula de pleno direito	722
<i>Bibliografia</i>	727
<i>Índice Onomástico</i>	739
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i>	743
<i>Índice dos Fluxogramas</i>	769

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Membro da comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil brasileiro.

Doutor. Advogado (Parecerista).

CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume III*

50^a edição Revista,
atualizada
e ampliada

- EXECUÇÃO FORÇADA
 - Cumprimento de sentença
 - Execução de títulos extrajudiciais
- PROCESSOS NOS TRIBUNAIS
- RECURSOS
- DIREITO INTERTEMPORAL



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição – 1989

50ª edição – 2017

- Capa: Danilo Oliveira
- Fechamento desta edição: 04.01.2017

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Theodoro Júnior, Humberto.

Curso de Direito Processual Civil – vol. III / Humberto Theodoro Júnior. 50. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-7324-7

1. Processo civil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

CDU: 347.9

347.9(81)
/341.46/

837371

Índice da Matéria

PROCESSO DE EXECUÇÃO, CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

Parte I – As Vias de Execução do Novo Código de Processo Civil Brasileiro

Capítulo I – Panorama das Vias Executivas

§ 1º A abolição da ação de execução de sentença	3
1. Introdução	3
2. O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo.....	5
3. A história da execução forçada no direito antigo de origem românica.....	7
4. O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno.....	9
5. A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i>	10
6. A história da eliminação da <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias no direito brasileiro	11
7. Algumas reações à abolição completa da <i>actio iudicati</i>	14
8. Observações conclusivas.....	16

Capítulo II – Cumprimento da Sentença no Novo Código de Processo Civil

§ 2º Disposições gerais.....	19
9. Introdução	19
10. A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados.....	20
11. Cumprimento de sentença e contraditório	23
12. Necessidade de requerimento do exequente.....	24
13. Intimação do devedor	25
14. Legitimação ativa e passiva. Devedores solidários	27
15. Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças	28
16. A possibilidade de execução com base em sentença declaratória ou constitutiva....	29
17. Tutela interdita como padrão.....	33
18. Cumprimento por iniciativa do devedor	34

19. Sucumbência	36
20. Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	38
21. Requisito do requerimento de cumprimento da sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	41
§ 3º Os títulos executivos judiciais	42
22. Enumeração legal.....	42
23. Medidas preparatórias especiais	44
24. Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença ou decisão interlocutória estrangeiras.....	45
25. Encerramento do cumprimento da sentença.....	46
26. Sentença condenatória civil.....	47
27. Sentença condenatória contra a Fazenda Pública	49
28. Nova visão dos efeitos da sentença declaratória	50
29. Ação declaratória e prescrição	52
30. Decisão homologatória de autocomposição	53
31. O formal e a certidão de partilha	55
32. Crédito de auxiliar da justiça.....	57
33. Sentença penal condenatória	57
34. Sentença arbitral	59
35. Decisão estrangeira.....	60
§ 4º Particularidades de alguns títulos executivos judiciais.....	63
36. Condenações a prestações alternativas	63
37. Julgamento fracionado da lide	64
38. Decisões proferidas em procedimento de tutela provisória.....	65
39. Protesto da decisão judicial transitada em julgado	65
§ 5º Competência	68
40. Juízo competente para o cumprimento da sentença	68
41. Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença	68
42. Competência opcional para o cumprimento da sentença	70
43. Competência para cumprimento da sentença arbitral	71
44. Competência para execução do efeito civil da sentença penal	71
45. Competência internacional	72
§ 6º Defesa do devedor	74
46. Impugnação do executado.....	74
47. Extensão do sistema de impugnação ao cumprimento de sentença relativa a todas as modalidades de obrigação.....	75
48. Ausência de preclusão.....	75
49. Atos executivos posteriores ao prazo legal da impugnação	75
50. Natureza jurídica da impugnação.....	77

51. Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença	78
52. O cumprimento da sentença e a prescrição	90
52.1 Um caso particular de prescrição	93
53. Impedimento ou suspeição do juiz	94
54. Executados com diferentes procuradores	95
55. Regra especial para a impugnação por excesso de execução, no tocante a obrigação de quantia certa	95
56. Efeito da impugnação	95
57. O problema da iliquidez da sentença	96
58. As decisões homologatórias de autocomposição e a defesa do executado	97
59. Procedimento da impugnação	98
60. Instrução probatória	98
61. Julgamento da impugnação	99
62. Coisa julgada	99

*Capítulo III – Cumprimento da Sentença que Reconhece
a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa*

§ 7º Noções introdutórias	101
63. Noção de obrigação por quantia certa	101
64. Cumprimento de sentença que reconhece o dever de pagar quantia	101
65. Requerimento do credor	103
66. Intimação do devedor	104
67. Inexecutividade do fiador e outros coobrigados	105
§ 8º Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	107
68. Cabimento	107
69. Multa legal e honorários de advogado	107
70. Contagem do prazo para pagamento	111
71. Penhora e avaliação	112
72. O procedimento executivo	112
73. Requisitos do requerimento inicial do cumprimento da sentença	113
74. Defesa do executado	114
75. Cumprimento de sentença por iniciativa do devedor	115
76. Parcelamento da dívida	115
77. Aplicação subsidiária ao cumprimento provisório	115
§ 9º Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	117
78. Noções introdutórias	117
79. Fundamentos da execução provisória	118
80. Execução de título extrajudicial embargada	118
81. Situação do tema no Código novo	119

82. Normas básicas da execução provisória	121
83. Casos de dispensa de caução.....	125
84. Novas regras relativas ao cumprimento provisório.....	126
85. Aplicação subsidiária das regras de cumprimento provisório de obrigação de quantia certa às obrigações de fazer, não fazer ou de dar.....	127
86. Incidentes da execução provisória.....	128
87. Procedimento do cumprimento provisório	128
88. Prazo para ajuizamento do cumprimento provisório da sentença	129

Capítulo IV – Cumprimento de Sentenças de Obrigação de Quantia Certa sob Regime Especial

§ 10. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	131
89. A ação de alimentos e a evolução da técnica de cumprimento da sentença.....	131
90. Procedimento específico de cumprimento da decisão que fixa alimentos	132
91. Disposições próprias do cumprimento da decisão que fixa prestação alimentícia ...	134
92. Sentenças de indenização por ato ilícito	139
93. Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento	142
94. Pensionamento em salários mínimos	143
§ 11. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública	145
95. Evolução da execução por quantia certa fundada em sentença contra a Fazenda Pública.....	145
96. Generalidades do cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.....	146
97. Procedimento	147
98. Defesa da Fazenda	149
99. Execução provisória	152
100. Sequestro de verbas públicas.....	153
101. Exceções ao regime dos precatórios.....	154
102. Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais.....	155
103. Credores litisconsorciados.....	156
104. Possibilidade de fracionamento do precatório	157
105. Cessão e compensação no âmbito dos precatórios	159
106. Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta.....	160
107. O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários	161
108. Procedimento para obtenção do precatório complementar	163

Capítulo V – Cumprimento de Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Fazer, de não Fazer ou de Entregar Coisa

§ 12. Noções introdutórias ao cumprimento das decisões sobre obrigações de fazer e de não fazer.....	165
109. Noção de obrigação de fazer e não fazer	165
110. Execução específica e execução substitutiva	166

111. Correta prestação da tutela substitutiva	168
112. Medidas sub-rogatórias e antecipatórias no cumprimento de sentença	170
113. A multa (<i>astreinte</i>)	171
114. Defesa do executado.....	182
§ 13. Procedimento do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer	184
115. Execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer	184
116. Procedimento do cumprimento de sentença	184
117. Impugnação do executado.....	186
118. Execução das obrigações de não fazer	187
119. Medidas de apoio.....	188
§ 14. A sentença que condena ao cumprimento de obrigação de declarar vontade	191
120. Execução das prestações de declaração de vontade	191
121. Satisfação da contraprestação a cargo do exequente.....	193
122. A execução das sentenças que condenam a declaração de vontade.....	194
123. Natureza jurídica da sentença	195
§ 15. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	197
124. Noção de obrigação de dar (entrega de coisa)	197
125. Histórico dos títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas lato sensu....	197
126. Tutela substitutiva nas obrigações de dar: o equivalente econômico	200
127. Oportunidade correta para a conversão da tutela específica em tutela substitutiva.....	202
128. Procedimento	202
129. Defesa do executado.....	203
130. Obrigação genérica.....	204
131. Retenção por benfeitorias.....	205
132. Multa e outras medidas de apoio na entrega de coisa.....	206
133. Encerramento do processo	207

Parte II – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

Capítulo VI – Processo de Execução

§ 16. Princípios gerais da execução forçada	209
134. Disposições gerais.....	209
135. Vias de execução	211
136. O processo judicial	211
137. Processo de conhecimento e processo de execução.....	212
138. Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento.....	213
139. Visão unitária da jurisdição.....	215

140. Realização da sanção: fim da execução forçada.....	215
141. Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada.....	216
142. Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos.....	217
143. Meios de execução.....	218
144. Autonomia do processo de execução.....	219
145. Cumprimento da sentença e processo de execução.....	220
146. Notas sobre a modernização da execução do título extrajudicial.....	221
147. Opção do credor entre ação ordinária de cobrança e ação de execução.....	222
§ 17. Princípios informativos da tutela jurisdicional executiva.....	224
148. Princípios informativos do processo de execução.....	224
149. Princípio da realidade: toda execução é real.....	225
150. Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor.....	225
151. Princípio da utilidade da execução.....	226
152. Princípio da economia da execução.....	226
153. Princípio da especificidade da execução.....	226
154. Princípio dos ônus da execução.....	227
155. Princípio do respeito à dignidade humana.....	228
156. Princípio da disponibilidade da execução.....	228
157. Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo.....	229
158. Honorários advocatícios na desistência da execução.....	231
§ 18. Formas de execução e atos de execução.....	233
159. As várias formas de execução.....	233
160. Execução singular e execução coletiva.....	233
161. Atos de execução.....	234
162. Relação processual executiva.....	236
163. A citação executiva.....	237
§ 19. Execução provisória e definitiva em matéria de execução de título extrajudicial.....	239
164. Procedimento da execução forçada.....	239
165. Observações sobre a petição inicial.....	240
166. Excepcionalidade da execução provisória de título extrajudicial.....	241
§ 20. Disposições gerais.....	244
167. Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento ao processo de execução.....	244
168. Poderes do juiz no processo de execução.....	245
169. Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça praticáveis durante o processo de execução.....	247
170. Responsabilidade civil decorrente de execução indevida.....	250
171. Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	250

Capítulo VII – Requisitos para Realizar Qualquer Execução

§ 21. Pressupostos e condições da execução forçada.....	253
172. Pressupostos processuais e condições da ação.....	253
173. O título executivo	254
174. Função do título executivo	255
175. Efeito prático do título executivo.....	256
176. Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível	257
177. Formas dos títulos executivos.....	259
178. A exigibilidade da obrigação.....	260
179. O inadimplemento em contrato bilateral.....	262

Capítulo VIII – A Relação Processual e seus Elementos

§ 22. Elementos objetivos e subjetivos do processo de execução	265
180. Elementos do processo executivo.....	265

Capítulo IX – Elementos Subjetivos (I)

§ 23. Partes. Legitimação ativa	267
181. Nomenclatura.....	267
182. Legitimação ativa.....	268
183. Legitimação ativa originária do credor.....	268
184. Legitimação extraordinária do Ministério Público.....	269
185. Legitimação ativa derivada ou superveniente.....	269
186. Espólio.....	270
187. Herdeiros e sucessores	271
188. Cessionário	272
189. Sub-rogado	272
190. Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante	274
191. Terceiros interessados	274
192. Desnecessidade de consentimento do executado para o exercício da legitimidade ativa superveniente.....	275
§ 24. Legitimação passiva.....	276
193. Legitimação passiva.....	276
194. Dívida e responsabilidade.....	276
195. O devedor	278
196. Espólio e sucessores.....	278
197. O novo devedor.....	281
198. Fiador judicial	282
199. Fiador extrajudicial.....	283
200. Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito	285
201. Responsável tributário	286
202. Revelia do devedor e curador especial.....	289

§ 25. Litisconsórcio e intervenção de terceiros no processo de execução	291
203. Litisconsórcio	291
204. Assistência	292
205. Denúnciação da lide	293
206. Chamamento ao processo	294
§ 26. Processo cumulativo.....	297
207. Cumulação de execuções.....	297
208. Cumulação sucessiva de execuções.....	299
209. Cúmulo subjetivo.....	299

Capítulo X – Elementos Subjetivos (II)

§ 27. O órgão judicial.....	301
210. Juízo competente para a execução.....	301
211. Execução de sentença.....	301
212. Competência para execução de títulos extrajudiciais.....	302
213. Competência para a execução fiscal.....	303
214. Título executivo extrajudicial estrangeiro	303
215. Competência para deliberação sobre os atos executivos.....	304

Capítulo XI – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

§ 28. Objeto da atividade executiva	307
216. Bens exequíveis	307
217. Resquícios da execução pessoal.....	307
§ 29. Responsabilidade patrimonial	309
218. Obrigação e responsabilidade.....	309
219. Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor.....	311
220. Responsabilidade e legitimação passiva para a execução.....	312
221. Responsabilidade executiva secundária.....	312
222. Excussão de bens do sucessor singular	313
223. Excussão de bens do sócio.....	316
224. Desconsideração da personalidade jurídica.....	318
225. Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica.....	319
226. Bens do devedor em poder de terceiros	320
227. Excussão de bens de devedor casado ou em união estável: tutela da meação	320
228. Bens alienados em fraude à execução	322
229. Casos de fraude de execução.....	324
230. Fraude à execução e insolvência do devedor	328
231. A fraude por meio de negócio financeiro.....	331
232. A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude de execução.....	332
233. A posição do terceiro adquirente em face da execução.....	333
234. Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica.....	334

235. Bens sujeitos ao direito de retenção	336
236. Excussão de bens do fiador	337
237. Bens de espólio.....	338
238. Execução que tenha por objeto bem gravado com direito real de superfície	338
239. A Lei nº 13.097/2015 e a fraude à execução	339

Capítulo XII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

§ 30. Execução de títulos extrajudiciais.....	343
240. Execução de sentença e ação executiva.....	343
241. Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança	344
§ 31. Títulos executivos extrajudiciais.....	345
242. Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação.....	345
243. Títulos cambiários e cambiariformes	347
244. Duplicatas	348
245. Responsáveis cambiários	349
246. Documento público ou particular.....	350
247. O instrumento de transação referendado por conciliador ou mediador credenciado por tribunal	351
248. Contrato com convenção arbitral.....	352
249. Confissões de dívida.....	353
250. Contrato de abertura de crédito	353
251. Hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e caução	355
252. Execução hipotecária	357
253. Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel	360
254. A hipoteca e a prescrição	361
255. Classificação das garantias	362
256. Seguros.....	363
257. Rendas imobiliárias	364
258. Aluguel de imóvel e encargos acessórios.....	364
259. Encargo de condomínio.....	365
260. Dívida ativa da Fazenda Pública.....	366
261. O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral	370
262. Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e outras despesas devidas pelos atos por ela praticados.....	370
263. Títulos executivos definidos em outras leis.....	370
264. Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título	371
265. Títulos estrangeiros	373

Capítulo XIII – Disposições Gerais

§ 32. Regras pertinentes às diversas espécies de execução	375
266. Organização da matéria no Código de Processo Civil	375

267. Direito de preferência gerado pela penhora.....	376
268. Tutela aos privilégios emergentes da penhora	379
269. A petição inicial.....	379
270. A documentação da petição inicial.....	379
271. Outras providências a cargo do credor.....	381
272. Obrigações alternativas.....	381
273. Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese, alienação fiduciária, usufruto, uso ou habitação	382
274. Penhora que recaia sobre bem cuja promessa de compra e venda esteja registrada	382
275. Penhora de bem sujeita ao regime do direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso.....	383
276. Penhora de quota social ou de ação de sociedade anônima fechada.....	383
277. Medidas acautelatórias.....	384
278. Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público	384
279. Efeito da averbação.....	385
280. Abuso do direito de averbação.....	386
281. Petição inicial incompleta ou mal instruída.....	386
281-A. Inscrição do nome do executado em cadastro de inadimplentes.....	387
282. Execução e prescrição	387
283. Nulidades no processo de execução	389
284. Imperfeição do título executivo	389
285. Falta de título executivo.....	390
286. Nulidade da execução fiscal	390
287. Vício da citação	391
288. Verificação da condição ou ocorrência do termo.....	392
289. A arguição das nulidades.....	393
290. A arrematação de bem gravado com direito real	394
291. Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor	395
292. Execução realizável por vários meios.....	396
293. Peculiaridades da citação executiva	397

Capítulo XIV – Execução para Entrega de Coisa

§ 33. Procedimento próprio para a execução das obrigações de entrega de coisa	399
294. Conceito.....	399
295. Evolução da tutela relativa à entrega de coisa certa.....	400
296. Procedimento	401
297. Cominação de multa diária	403
298. Regime dos embargos do executado	404
299. Alienação da coisa devida.....	405
300. Execução da obrigação substitutiva	406
301. Execução de coisa sujeita a direito de retenção	407
302. Embargos de retenção	408
303. Execução para entrega de coisa incerta	408
304. Medidas de coerção e apoio	409

Capítulo XV – Execução das Obrigações de Fazer e não Fazer

§ 34. Procedimentos próprios das execuções das obrigações de fazer e não fazer.....	413
305. O problema da execução das prestações de fato.....	413
306. Fungibilidade das prestações.....	414
307. <i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação	415
308. Distinções preliminares	417
309. Princípios comuns	418
310. Sistemas de execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer	419
311. Execução das prestações fungíveis	419
312. Realização da prestação fungível por terceiro.....	420
313. Inadimplência do terceiro contratante	422
314. Realização da prestação pelo próprio credor	422
315. O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 817.....	424
316. Autotutela prevista no novo Código Civil.....	424
317. Execução das prestações infungíveis.....	425
318. Execução das obrigações de não fazer	426

Capítulo XVI – Execução por Quantia Certa

§ 35. Noções gerais.....	429
319. O objetivo da execução por quantia certa	429
320. Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados.....	430
321. Espécies	431

Capítulo XVII – Execução por Quantia certa Contra Devedor Solvente

§ 36. Fase de proposição.....	433
322. Execução por quantia certa contra devedor solvente	433
323. Proposição	434
324. Procedimento da penhora e avaliação	436
325. Arresto de bens do devedor não encontrado.....	437
326. Honorários de advogado em execução de título extrajudicial.....	438
327. Redução da verba honorária	439
328. Majoração da verba honorária	440

Capítulo XVIII – Fase de Instrução (I)

§ 37. Penhora	441
329. A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa	441
330. Natureza jurídica da penhora.....	442

331. Função da penhora.....	444
332. Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros.....	446
333. Penhora de imóvel, veículos e outros bens sujeitos a registro público.....	448
334. Averbação da penhora no registro competente.....	451
335. Lugar de realização da penhora.....	452
336. Penhora de imóvel e veículos automotores localizados fora da comarca da execução....	452
§ 38. Objeto da penhora.....	455
337. Bens penhoráveis e impenhoráveis.....	455
338. Bens impenhoráveis.....	456
339. Ressalva geral à regra da impenhorabilidade.....	464
340. Ressalva da impenhorabilidade em relação aos bens móveis úteis ou necessários ao produtor rural.....	465
341. A impenhorabilidade do imóvel de residência da família.....	465
342. Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal.....	468
343. Bens relativamente impenhoráveis.....	469
344. As quotas ou ações de sociedades empresariais.....	469
345. Limites da penhora.....	473
346. Valor dos bens penhoráveis.....	473
347. Escolha dos bens a penhorar.....	474
348. A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar.....	474
349. Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes.....	476
350. Penhora sobre os bens escolhidos pelo executado.....	477
351. Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar.....	478
352. Situação dos bens a penhorar.....	479
353. Bens fora da comarca.....	479
§ 39. Realização e formalização da penhora.....	481
354. Penhora pelo oficial de justiça.....	481
355. Penhora de bens em mãos de terceiro.....	482
356. Dificuldade na localização dos bens a penhorar.....	482
357. Frustração da diligência.....	483
358. Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial.....	483
359. Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão.....	484
360. Intimação de penhora.....	485
§ 40. Penhoras especiais.....	487
361. Particularidades da penhora de certos bens.....	487
362. Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira.....	487
363. Impenhorabilidade do saldo bancário.....	493
364. Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais.....	495
365. Penhora sobre créditos do executado.....	495
366. Sub-rogação do exequente nos direitos do executado.....	497

367. Penhora de crédito do executado frente ao próprio exequente.....	497
368. Penhora no rosto dos autos.....	498
369. Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas.....	498
370. Penhora sobre direito a prestação ou a restituição de coisa determinada.....	499
371. Penhora de ações ou das quotas de sociedades personificadas.....	500
372. Penhora de direitos e ações.....	501
373. Penhora de empresas, de outros estabelecimentos e de semoventes.....	502
374. Penhora de edifícios em construção sob o regime de incorporação imobiliária ...	503
375. Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.....	504
376. Penhora de navio ou aeronave.....	505
377. Penhora de imóvel integrante do estabelecimento da empresa.....	505
378. Penhora de parte do faturamento da empresa executada.....	505
379. Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento.....	507
380. Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa.....	508
381. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	510
382. Efeitos da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	513
383. Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge ou coproprietário não devedor.....	514
384. Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens.....	515
§ 41. Alterações e resgate da penhora.....	517
385. Modificações da penhora.....	517
386. Substituição da penhora.....	518
387. Substituição por iniciativa de qualquer das partes.....	520
388. Substituição por iniciativa do executado.....	521
389. Ausência de prejuízo para o exequente na substituição.....	522
390. Menor onerosidade para o executado.....	522
391. Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro.....	523
392. Remição da execução por quantia certa.....	524
§ 42. Depósito e administração dos bens penhorados.....	526
393. Depósito dos bens penhorados.....	526
394. Escolha do depositário.....	526
395. Depósito dos bens móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos.....	527
396. Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	528
397. Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos.....	528
398. Função do depositário.....	529
399. Alienação antecipada dos bens penhorados.....	529
400. Depositário comum e depositário administrador.....	531
401. Responsabilidade do depositário.....	531
402. Entrega de bens após a expropriação executiva.....	532
403. Prisão civil do depositário judicial.....	533

Capítulo XIX – Fase de Instrução (II)

§ 43. Expropriação	535
404. Conceito.....	535
405. Modalidades de expropriação	536
406. Avaliação.....	537
407. O encarregado da avaliação.....	538
408. Laudo de avaliação	539
409. Dispensa da avaliação	540
410. Avaliação de bem imóvel.....	541
411. Avaliação e contraditório.....	541
412. Repetição da avaliação	541
413. Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva.....	544
§ 44. Adjudicação.....	546
414. Introdução	546
415. Conceito de adjudicação.....	546
416. Requisitos da adjudicação.....	548
417. Intimação do executado.....	548
418. Depósito do preço.....	549
419. Legitimação para adjudicar	549
420. Adjudicação por credor	551
421. Adjudicação por cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente do executado...	552
422. Prazo para a adjudicação	553
423. Concurso entre pretendentes à adjudicação	554
424. Auto de adjudicação	555
425. Aperfeiçoamento da adjudicação	556
426. Carta de adjudicação.....	556
427. Remição do imóvel hipotecado.....	557
§ 45. Alienação por iniciativa particular.....	559
428. As atuais dimensões da expropriação judicial por meio de alienação por iniciativa particular.....	559
429. O preço mínimo para a alienação por iniciativa particular	561
430. Formalização da alienação por iniciativa particular	563
431. Carta de alienação	564
§ 46. Alienação em leilão judicial	566
432. Conceito de leilão judicial e arrematação.....	566
433. Espécies de hasta pública.....	567
434. Escolha do leiloeiro ou corretor de bolsa	568
435. Edital do leilão	568
436. Leiloeiro público.....	569
437. Publicidade do edital.....	570
438. Intimação da alienação judicial ao devedor	571

439. Outras intimações da alienação judicial.....	572
440. Adiamento do leilão	575
441. O leilão judicial.....	575
442. Aquisição do bem leiloado a prazo	576
443. Legitimação para arrematar	578
444. Forma de pagamento e formalização da arrematação	580
445. Auto de arrematação	580
446. Arrematação de imóveis	582
447. Requisitos mínimos da proposta de arrematação em prestações.....	584
448. Remédios contra os vícios da arrematação	584
449. Desistência da arrematação.....	585
450. Invalidez e ineficácia da arrematação no regime anterior	586
451. Invalidez e ineficácia da arrematação no regime do NCPC.....	588
452. Natureza da perda de efeitos da arrematação	590
453. Alienação de bens gravados com direitos reais em favor de terceiros.....	592
454. Procedimento para obtenção das medidas do art. 903 do NCPC.....	592
455. Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor	592
456. Arrematação em execução provisória de título extrajudicial	593
457. Carta de arrematação	594
458. Arrematação e remição da execução.....	597
459. Efeitos da arrematação.....	598
460. Evicção e arrematação.....	599
461. Vícios redibitórios.....	600
462. Ação anulatória da arrematação	601
463. Remição dos bens arrematados	602
§ 47. Apropriação de frutos e rendimentos	604
464. Modalidade especial de expropriação.....	604
465. Iniciativa.....	605
466. Pressuposto.....	605
467. Procedimento.....	605
468. Pagamento ao exequente.....	605

Capítulo XX – Fase de Satisfação

§ 48. Pagamento ao credor de quantia certa.....	607
469. Satisfação do direito do exequente	607
470. Última etapa do processo de execução	608
§ 49. Pagamento por entrega do dinheiro.....	610
471. Entrega do dinheiro.....	610
472. Concurso de preferência sobre o produto da execução.....	611
473. O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado....	613
474. Procedimento do concurso particular	614

Capítulo XXI – Execução Contra a Fazenda Pública

§ 50. Execução de título extrajudicial que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa a cargo do poder público.....	617
475. Execução forçada contra a Fazenda Pública fundada em obrigação de quantia certa	617
476. Defesa da Fazenda Pública	619
477. Julgamento.....	622

Capítulo XXII – Execução da Obrigação de Alimentos

§ 51. Execução por quantia certa de título extrajudicial em matéria de alimentos.....	625
478. Introdução	625
479. Execução autônoma da prestação alimentícia	625
479-A. Protesto e inscrição do devedor de alimentos em cadastros de inadimplente	626
480. Execução de alimentos fundada em título extrajudicial, segundo o NCPC.....	627
481. Averbação em folha de pagamento	627
482. Prisão civil do devedor.....	628
483. Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos.....	629

Parte III – Oposição à Execução Forçada*Capítulo XXIII – Resistência do Devedor e de Terceiros*

§ 52. Embargos à execução	631
484. Resistência à execução	631
485. Outros meios impugnativos	633
486. Embargos e impugnação.....	634
487. Natureza jurídica dos embargos à execução	638
488. Classificação dos embargos do devedor	639
489. Legitimação	639
490. Autonomia dos embargos de cada coexecutado.....	641
491. Competência	642
492. Generalidades sobre o processamento dos embargos.....	644
493. Segurança do juízo.....	647
494. Prazo para propositura dos embargos do devedor.....	648
495. Litisconsórcio passivo e prazo para embargar	649
496. Rejeição liminar dos embargos	650
497. Procedimento	654
498. A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios.....	656
499. Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	658
500. Os embargos à execução e a revelia do embargado.....	659
501. Efeitos dos embargos sobre a execução	661
502. Atribuição de efeito suspensivo aos embargos	662

503. Embargos parciais.....	664
504. Embargos de um dos coexecutados	664
505. Embargos fundados em excesso de execução.....	665
506. Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento.....	665
507. Embargos de retenção por benfeitorias	666
508. Matéria arguível nos embargos à execução	666
509. Arguição de nulidade da execução.....	667
510. Vícios da penhora e da avaliação.....	669
511. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	670
512. Retenção por benfeitorias.....	671
513. Defesas próprias do processo de conhecimento.....	673
514. Pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente	674
515. Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução	674
516. Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação.....	675
517. Legitimação para a ação autônoma do art. 903, § 4º, do NCPC.....	677
518. Objeto da ação autônoma do art. 903, § 4º, do NCPC	677
519. A posição especial do arrematante.....	678
520. Exceção de pré-executividade	679
521. Sucumbência na exceção de pré-executividade.....	681
§ 53. Parcelamento judicial do crédito exequendo	684
522. Moratória legal.....	684
523. Requisitos para a obtenção do parcelamento.....	684
524. Procedimento do incidente	686
525. Indeferimento do parcelamento	687
526. Descumprimento do parcelamento.....	687
§ 54. Embargos de terceiro.....	690
527. Visão geral	690
528. Natureza da ação.....	691
529. Legitimação ativa	692
530. <i>Provocatio ad agendum</i>	694
531. Legitimação passiva.....	694
532. Valor da causa.....	694
533. Competência	695
534. Oportunidade.....	695
535. Julgamento e recurso.....	695
536. Procedimento	696
537. Efeitos dos embargos quando há deferimento da liminar.....	696
538. Efeitos do julgamento do mérito dos embargos	697
539. Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real.....	697
540. Sucumbência na ação de embargos de terceiro	698

Parte IV – Insolvência Civil*Capítulo XXIV – Execução por Quantia Certa
contra Devedor Insolvente*

§ 55. Execução concursal	701
541. Introdução	701
542. Execução coletiva e execução singular.....	701
543. Pressupostos da execução coletiva	703
544. Efeitos da declaração de insolvência	705
545. Características da execução coletiva	707
546. Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil	707
§ 56. Primeira fase do processo de insolvência.....	709
547. Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo	709
548. Caracterização da insolvência.....	711
§ 57. Espécies de procedimentos concursais e iniciativa do processo	713
549. Legitimação	713
550. Insolvência requerida pelo credor.....	714
551. Caráter facultativo da ação concursal	715
552. Insolvência de cônjuges	716
553. Ausência de bens penhoráveis do devedor.....	717
§ 58. Procedimentos da execução coletiva.....	718
554. Procedimento da insolvência requerida pelo credor	718
555. Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio	720
§ 59. Competência para a execução concursal.....	724
556. Competência	724
§ 60. Sentença declaratória de insolvência.....	726
557. Declaração judicial de insolvência	726
§ 61. Administração da massa.....	728
558. O administrador da massa	728
559. Atribuições do administrador.....	729
§ 62. Concurso de credores.....	731
560. Verificação e classificação dos créditos.....	731
561. Credores retardatários e credores sem título executivo.....	733
562. Quadro geral de credores.....	734
§ 63. Satisfação dos direitos dos credores e finalização do processo.....	736
563. Apuração do ativo e pagamento dos credores	736
564. Encerramento e suspensão do processo	737

565. Saldo devedor.....	738
566. Extinção das obrigações.....	739
§ 64. Disposições gerais.....	742
567. Concordata civil.....	742
568. Pensão para o devedor.....	743
569. Insolvência de pessoas jurídicas.....	743
570. Editais.....	744

Parte V – Crises da Execução e Sistema Recursal

Capítulo XXV – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

§ 65. Vicissitudes do Processo Executivo.....	747
571. Suspensão da execução.....	747
572. Casos de suspensão.....	749
573. Suspensão prevista nos arts. 313 e 315 do NCPC.....	750
574. Suspensão provocada por embargos.....	752
575. Suspensão por inexistência de bens penhoráveis.....	752
576. Suspensão e prescrição intercorrente.....	753
577. A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao NCPC.....	756
578. Suspensão da execução e possibilidade de embargos do devedor.....	758
579. Suspensão da execução por falta de interessados na arrematação dos bens penhorados.....	758
580. Suspensão em razão do parcelamento do débito.....	758
581. Efeitos da suspensão.....	759
582. Extinção da execução.....	759
583. Extinção por indeferimento da petição inicial.....	760
584. Extinção por satisfação da obrigação (remição da execução).....	761
585. Extinção da dívida por qualquer outro meio.....	761
586. Extinção por renúncia.....	761
587. Extinção pela prescrição intercorrente.....	762
588. Outros casos de extinção da execução.....	762
589. Sentença de extinção.....	763
590. Coisa julgada.....	765
§ 66. Recursos no processo de execução.....	768
591. O problema recursal na execução.....	768
592. Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes.....	768
593. Casos de cabimento da apelação.....	769
594. Casos de agravo de instrumento.....	770
595. Efeitos dos recursos.....	770
596. Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação.....	771
597. Causas de alçada.....	772
598. Recursos extraordinário e especial.....	772

Parte VI – O Processo nos Tribunais*Capítulo XXVI – Noções Gerais*

§ 67. O Processo nos Tribunais	773
599 Duplo grau de jurisdição	773
600. Competência dos tribunais.....	774
601. Características dos processos de competência originária dos tribunais	774
602. Casos de competência originária dos tribunais.....	775
603. Posição da matéria no novo Código de Processo Civil	778
604. O funcionamento dos tribunais.....	779
605. O sistema de julgamento dos tribunais.....	780
606. A relevante função do relator.....	780
607. O rito do processamento e julgamento de causa no Tribunal	783
§ 68. Valorização da jurisprudência.....	794
608. A valorização da jurisprudência e o sistema de súmulas	794
609. Jurisprudência e normas principiológicas e enunciadoras de cláusulas gerais.....	795
610. Características do sistema sumular	796
611. A posição do novo CPC sobre a força normativa da jurisprudência.....	797
612. Uniformização da jurisprudência e causas de massa	800
613. Decisões e súmulas vinculantes e não vinculantes.....	801
614. Regras a serem cumpridas pelos tribunais a respeito das respectivas jurisprudências	803
615. Publicidade e alteração da jurisprudência.....	804
616. A uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais.....	805
617. Súmula jurisprudencial.....	807
618. Súmula vinculante	808
619. Regulamentação da súmula vinculante	809
§ 69. Incidente de assunção de competência.....	814
620. Conceito.....	814
621. Pressupostos	815
622. Procedimento	815
623. Efeitos da decisão.....	816
§ 70. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	817
624. O controle da constitucionalidade no direito brasileiro.....	817
625. Regulamentação legal.....	818
626. O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais.....	819
627. Objeto da arguição de inconstitucionalidade	820
628. Iniciativa de arguição	820
629. Momento da arguição	820
630. Competência para apreciar o cabimento do incidente	821
631. O julgamento da arguição	821

§ 71. Conflito de Competência.....	824
632. Conflito de competência.....	824
§ 72. Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória.....	826
633. A eficácia da decisão estrangeira	826
634. O sistema nacional.....	826
635. A homologação da decisão estrangeira.....	827
636. Decisões estrangeiras homologáveis	828
637. Decisões estrangeiras que dispensam homologação.....	830
638. Homologação parcial da decisão estrangeira.....	830
639. Requisitos da homologação de decisão estrangeira	831
640. Natureza da decisão homologatória	833
641. O procedimento	833
642. A execução	835
643. Pedidos de urgência	835
644. A concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	836
645. Execução de medida de urgência estrangeira	836
646. Procedimento	836
§ 73. Ação Rescisória	838
647. Conceito.....	838
648. Pressupostos	841
649. Ação rescisória: decisão de mérito e decisão incidental de questão prejudicial.....	845
650. Decisões terminativas rescindíveis	846
651. Rescisão parcial.....	849
652. Casos de admissibilidade da rescisória.....	849
653. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 966, I)	850
654. Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 966, II).....	851
655. Dolo ou coação da parte vencedora (art. 966, III)	852
656. Simulação ou colusão para fraudar a lei (art. 966, III)	853
657. Ofensa à coisa julgada (art. 966, IV)	854
658. Violação manifesta de norma jurídica (art. 966, V).....	856
658-A. Natureza da norma violada	860
659. Ofensa manifesta a norma e oscilação da jurisprudência	860
660. Ofensa à norma constitucional (ainda o art. 966, V).....	862
660-A. Decisão que se fundamentou em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo STF	865
660-B. Decisão que deixou de aplicar lei por considerá-la inconstitucional, mas cuja constitucionalidade foi posteriormente declarada pelo STF	866
661. Falsidade de prova (art. 966, VI)	866
662. Prova nova (art. 966, VII).....	867
663. Erro de fato (art. 966, VIII)	869

664. Ação anulatória: atos judiciais não sujeitos à ação rescisória	870
664-A. Divergência doutrinária acerca do cabimento da ação anulatória	871
664-B. Autocomposição e título executivo judicial	873
665. Atos sujeitos à ação anulatória	874
666. Atos não sujeitos à ação anulatória, pois demandam rescisória	876
667. Fundamentos da ação anulatória	876
668. Prazo para ajuizamento da ação	876
669. Natureza da ação	877
670. Sentença homologatória em processo contencioso	877
670-A. Anulação e rescisão de partilha	878
671. Legitimação	879
672. Legitimação do Ministério Público	880
673. Legitimação passiva	882
674. Citação tardia do litisconsorte necessário	883
675. Rescisão de decisão objetivamente complexa	884
676. Caução	884
677. Competência	885
678. O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	887
678-A. Valor da causa	888
678-B. Restituição dos honorários advocatícios fixados na sentença quando a rescisória é acolhida	888
679. Multa de 5% sobre o valor da causa	890
680. A execução da sentença rescindenda	891
681. Indeferimento da inicial	892
682. Procedimento	893
683. Natureza e conteúdo da decisão	896
684. A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé	897
685. Preservação de efeitos da sentença rescindida	900
686. Rescisória de rescisória	901
687. Prazo de propositura da ação rescisória	902
688. Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente	904
689. A Súmula nº 401 do Superior Tribunal de Justiça	909
690. Contagem do prazo	910
691. Extinção da ação rescisória por abandono da parte	913
692. Prorrogação de competência do STF e do STJ em matéria de rescisória	913
693. Sentença nula de pleno direito	915
§ 74. Incidente de resolução de demandas repetitivas	920
694. Conflitos individuais e conflitos coletivos	920
695. Natureza jurídica do incidente	921
696. Força de coisa julgada e força executiva	922
696-A. O conteúdo do julgamento que acolhe o incidente de resolução de demandas repetitivas	922
697. Cabimento do incidente	923

698. Objetivos do incidente	925
699. Incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência	926
700. Legitimidade para a promoção do incidente	927
701. Incidente instaurado a partir de processo já em curso no tribunal de segundo grau	928
702. Desistência ou abandono do processo	928
703. Participação do Ministério Público	929
704. Competência	929
705. Detalhes do procedimento	930
706. Força vinculante da decisão do incidente	934
707. Publicidade especial	934
708. Recursos	935
709. Reclamação	936
710. Revisão da tese firmada no incidente	937
§ 75. Reclamação	940
711. Histórico	940
712. Natureza da reclamação	941
713. Cabimento	942
714. Legitimidade	946
715. Procedimento	947

Parte VII – Recursos

Capítulo XXVII – Sistema Recursal do Processo Civil

§ 76. Recursos	949
716. Conceito	949
717. Recursos e outros meios impugnativos utilizáveis contra decisões judiciais	950
718. Classificação dos recursos	951
719. Fundamento e natureza do direito ao recurso	955
720. Atos sujeitos a recurso	956
721. Recursos admissíveis	957
722. Reclamação	958
723. Correção parcial	959
724. A técnica de julgamento dos recursos	960
§ 77. Princípios gerais dos recursos	962
725. Princípios fundamentais dos recursos civis	962
726. Enumeração dos princípios fundamentais observados pela sistematização legal dos recursos civis	964
727. Princípio do duplo grau de jurisdição	964
728. Princípio da taxatividade	968
729. Princípio da singularidade	969

730. Princípio da fungibilidade	970
731. Princípio da dialeticidade.....	972
732. Princípio da voluntariedade.....	974
733. Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	974
734. Princípio da complementariedade: inaplicabilidade aos recursos civis	975
735. Princípio da vedação da <i>reformatio in pejus</i>	975
736. A possível piora da situação do recorrente na hipótese do § 3º do art. 1.013 do NCPC	977
737. Princípio da consumação	979
§ 78. Disposições gerais relativas aos recursos civis.....	980
738. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos.....	980
739. Objeto do juízo de admissibilidade: requisitos intrínsecos e requisitos extrínsecos.....	981
740. Cabimento: atos judiciais recorríveis	982
741. Tempestividade do recurso.....	982
742. Recurso interposto antes da publicação do julgado.....	986
743. Recurso interposto antes do julgamento de embargos de declaração pendentes.....	988
744. Casos especiais de interrupção do prazo de recurso.....	990
745. Legitimação para recorrer	991
746. Particularidades do recurso de terceiro.....	996
747. Recurso de terceiro e coisa julgada.....	998
748. Interesse de recorrer e extinção do processo por meio de decisão em favor do recorrente.....	998
749. Legitimidade do Ministério Público para recorrer	999
750. Singularidade do recurso.....	1000
751. Adequação e fungibilidade dos recursos	1000
752. Preparo	1001
753. Motivação e forma.....	1003
754. Renúncia e desistência em matéria de recursos.....	1005
755. Aceitação expressa ou tácita da sentença.....	1008
756. Recurso adesivo	1009
757. Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau	1011
758. A recorribilidade necessária da decisão singular do relator	1013
§ 79. Efeitos da interposição do recurso	1015
759. Efeitos básicos do recurso: devolutivo e suspensivo	1015
760. Efeito substitutivo	1015
761. Efeito translativo	1016
762. Efeito expansivo	1018
§ 80. A apelação.....	1020
763. Conceito.....	1020
764. O novo CPC e a superação das dificuldades conceituais do Código anterior em relação à sentença	1021

765. Apelação e decisões incidentais excluídas das hipóteses de agravo de instrumento	1022
766. Interposição da apelação.....	1022
767. Efeitos da apelação.....	1024
768. Questão relevante a respeito do efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa.....	1030
769. Questão de fato e questão de direito	1032
770. Vinculação do tribunal ao dever de julgar o mérito na hipótese do § 3º do art. 1.013..	1033
770-A. Posição consolidada do STJ.....	1035
771. Prescrição e decadência	1036
772. A apelação e as nulidades sanáveis do processo	1037
773. Tutela provisória e o efeito suspensivo da apelação	1038
774. Recebimento da apelação.....	1038
775. A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF	1040
776. Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator.....	1041
777. Deserção.....	1042
778. Prazo para interposição da apelação	1043
779. Interposição de apelação antes do julgamento dos embargos de declaração	1044
780. Julgamento em segunda instância	1044
§ 81. Agravo de instrumento	1046
781. Conceito.....	1046
782. Espécies de agravo	1047
783. Recorribilidade das decisões interlocutórias	1049
783-A Decisão interlocutória e mandado de segurança.....	1051
784. Agravo de instrumento	1052
785. Prazo de interposição	1054
786. Formação do instrumento do agravo.....	1055
787. Efeitos do agravo de instrumento.....	1057
788. Processamento do agravo de instrumento	1058
789. O contraditório	1061
790. Juízo de retratação do magistrado <i>a quo</i>	1062
791. Julgamento do recurso pelo colegiado.....	1063
792. Encerramento do feito	1063
793. Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo.....	1063
§ 82. Agravo interno	1067
794. Conceito.....	1067
795. Procedimento	1067
796. Efeitos do agravo interno.....	1068
797. Sustentação oral	1069
798. Fungibilidade.....	1069

§ 83. Embargos de Declaração.....	1072
799. Conceito e cabimento.....	1072
800. Pressupostos dos embargos de declaração	1073
801. Obscuridade no julgamento	1074
802. Contradição	1075
803. Omissão	1076
804. Hipóteses de omissão	1079
805. Erro material	1080
806. Compreensão extensiva do cabimento dos embargos de declaração	1082
807. Procedimento	1085
808. Prequestionamento.....	1086
809. Efeito interruptivo	1087
810. Recurso interposto antes dos embargos de declaração.....	1090
811. Efeito suspensivo especial.....	1091
811-A. Possibilidade de concessão de efeito suspensivo	1092
812. Efeito integrativo.....	1093
813. Embargos manifestamente protelatórios	1093

*Capítulo XXVIII – Recursos para o Supremo Tribunal Federal
e para o Superior Tribunal de Justiça*

§ 84. Recurso ordinário	1099
814. Introito	1099
815. Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal	1100
816. Recurso ordinário para o STJ.....	1102
§ 85. Recurso extraordinário e especial	1106
817. Recurso extraordinário	1106
818. Pressupostos do recurso extraordinário	1107
819. Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário	1111
820. Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral	1113
821. Procedimento no STF	1115
822. Reflexos da decisão acerca da repercussão geral	1116
823. O procedimento regimental de apreciação da arguição de repercussão geral pelo Plenário do STF	1118
824. Formas de solução tácita da arguição de repercussão geral.....	1120
825. Procedimentos a serem adotados após o reconhecimento da repercussão geral...	1120
826. Função do recurso extraordinário.....	1122
827. Efeitos do recurso extraordinário.....	1123
828. Processamento do recurso extraordinário	1125
829. O preparo dos recursos para o STF e para o STJ.....	1129
830. O recurso extraordinário por via eletrônica	1130
831. Julgamento do recurso e julgamento da causa.....	1130

832. Julgamento incompleto do recurso extraordinário, no juízo de revisão	1134
833. Poderes do relator	1136
834. Recurso especial para o STJ.....	1136
835. Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988	1139
836. Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988.....	1140
836-A. Juízo de cassação e juízo de reexame, no âmbito do recurso especial. Controle de constitucionalidade.....	1146
837. Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial	1148
838. Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial	1149
839. Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial	1150
840. Fungibilidade entre o recurso especial e o recurso extraordinário.....	1150
840-A. Cabimento de recurso extraordinário contra decisão do STJ em recurso especial.....	1151
841. Preferência do julgamento do mérito dos recursos especial e extraordinário	1152
842. Recurso especial e recurso extraordinário adesivo	1153
§ 86. Recursos especial e extraordinário repetitivos	1157
843. Introdução	1157
844. Os recursos especial e extraordinário repetitivos.....	1158
845. Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem	1160
846. Ampliação da técnica de julgamento de processos repetitivos aos demais tribunais.....	1163
847. Desistência do recurso padrão.....	1163
848. Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ e do STF ...	1164
849. Efeitos do acórdão do STJ ou do STF nas causas repetitivas	1169
850. Desistência da ação em primeiro grau de jurisdição	1172
§ 87. Agravo em recurso especial e extraordinário	1174
851. O agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	1174
852. Cabimento do agravo para o tribunal superior e para o tribunal de origem.....	1175
853. Interposição e contraditório.....	1175
854. Remessa à Corte Superior.....	1176
855. Julgamento.....	1176
856. Interposição conjunta de recursos extraordinário e especial.....	1176
§ 88. Embargos de divergência no STF e no STJ.....	1178
857. Embargos de divergência no STF e no STJ.....	1178
858. Alguns problemas superados pelo NCPC	1180
859. Procedimento no STJ	1182
860. Procedimento no STF	1183
§ 89. O sistema recursal e a autoridade normativa dos tribunais superiores.....	1185
861. Força vinculante da jurisprudência exercida por meio dos recursos	1185
862. Ampliação da força vinculante da jurisprudência.....	1189

§ 90. Direito intertemporal em matéria de recursos	1190
863. Posição do novo Código	1190
864. Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos.....	1190
§ 91. Disposições finais e transitórias.....	1194
865. Direito intertemporal.....	1194
866. Direito probatório.....	1197
867. Procedimento comum como regra geral.....	1197
868. Cadastramento das pessoas jurídicas públicas e privadas para efeito dos atos de comunicação processual por via eletrônica.....	1197
869. Execução contra devedor insolvente.....	1198
870. Atos processuais eletrônicos e certificação digital.....	1198
871. Trânsito em julgado de questões prejudiciais.....	1199
872. Depósito judicial.....	1199
873. Custas devidas à União, na Justiça Federal.....	1200
874. Procedimentos dos juizados especiais cíveis.....	1200
875. Embargos de declaração da Justiça Eleitoral.....	1200
876. Alteração do Código Civil.....	1201
877. Conselho Nacional de Justiça.....	1201
878. Uniformização do prazo para agravo previsto em lei especial ou em regimento interno de tribunal.....	1201
879. Instituição do reconhecimento extrajudicial de usucapião.....	1202
879-A. Alguns detalhes do procedimento extrajudicial de reconhecimento de usucapião	1203
880. Revogação de disposições existentes em outras leis.....	1204
881. Situação especial em relação ao Código Civil.....	1211
882. Pré-eficácia do novo Código de Processo Civil.....	1211
Bibliografia.....	1213
Índice Onomástico.....	1233
Índice Alfabético de Assuntos.....	1239
Índice dos Fluxogramas.....	1271